

GRATER – Associação de Desenvolvimento Regional

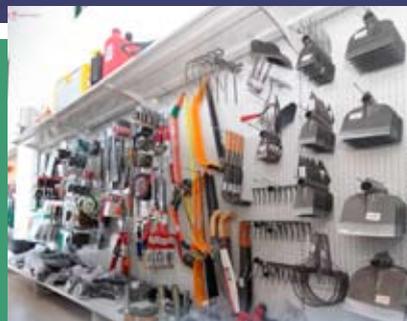
# OLHAR O MUNDO RURAL

Nº.17 janeiro/18



BIOAZÓRICA  
Evoluir  
com  
sustentabilidade

PÁGINA 3



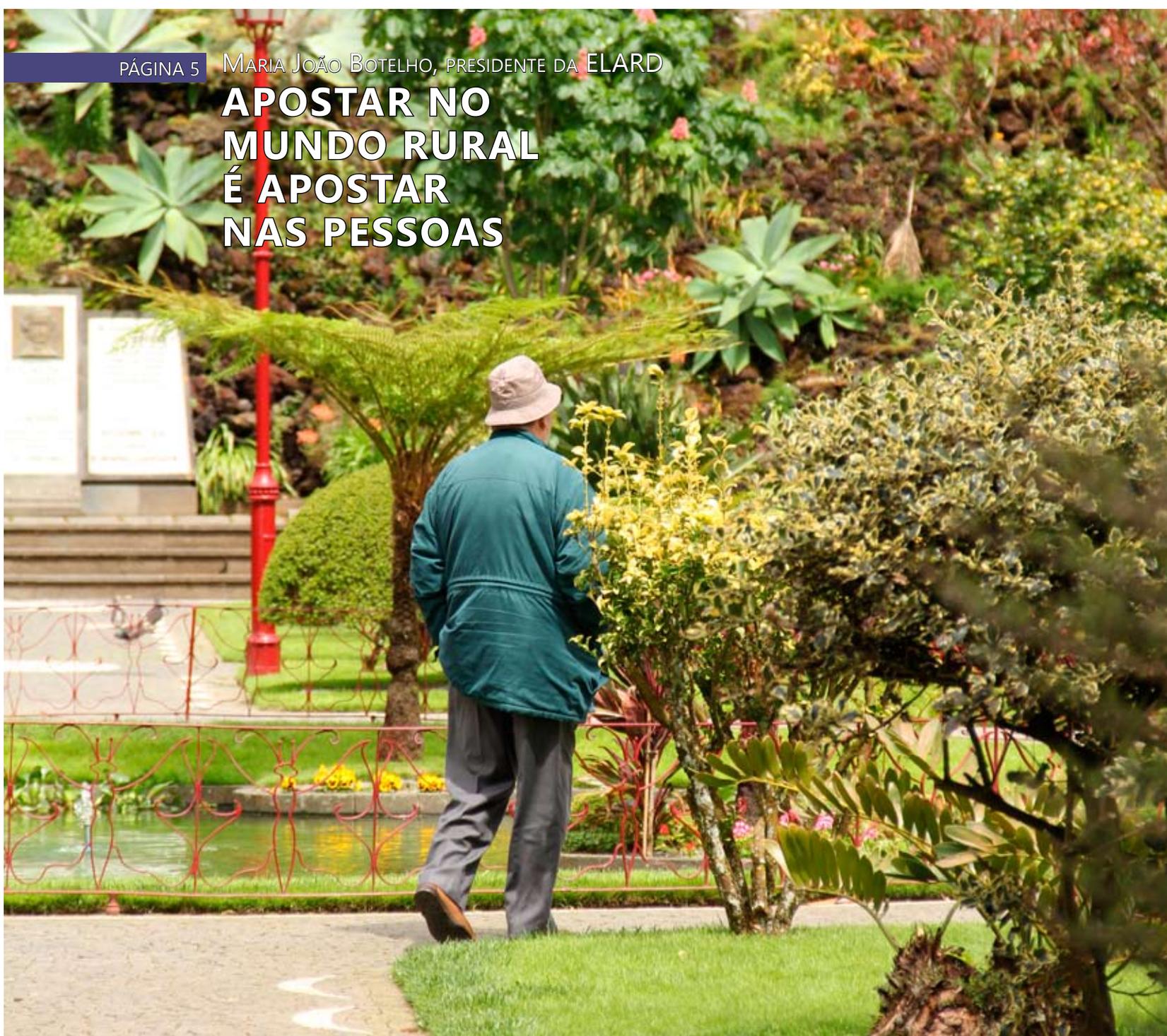
CASA AGRÍCOLA ORNELAS  
Investir  
para servir  
o Ramo Grande

PÁGINA 4

PÁGINA 5

MARIA JOÃO BOTELHO, PRESIDENTE DA ELARD

## APOSTAR NO MUNDO RURAL É APOSTAR NAS PESSOAS



PRORURAL+





## Olhar o Mundo Rural

Caros associados,

Sendo esta a primeira mensagem da nova direção da GRATER, é fundamental que vos apresente as linhas orientadoras da nossa ação nos próximos tempos.

Desde a sua fundação, a GRATER tem sido um agente ativo na promoção e dinamização do espaço rural das ilhas Terceira e Graciosa, tendo como objetivos cimeiros a geração de emprego, a sustentabilidade dos rendimentos e o incremento da qualidade de vida.

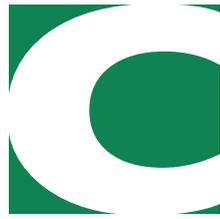
Foi, tem sido e continua a ser um trabalho resultante da parceria e cooperação com os agentes locais, numa atitude de proximidade e abertura a todos, usando o conhecimento no terreno como pedra basilar das políticas, medidas e ações desenhadas e concretizadas.

Dando continuidade a essa visão, o nosso compromisso é que em 2018 tenhamos como prioridade cimeira o apoio às empresas e aos agentes locais, seguindo um modelo de gestão rigorosa dos fundos disponíveis acompanhada por uma postura prospetiva de soluções para os desafios presentes e futuros, tendo por objetivo o crescimento sustentável do território de ação da GRATER.

Neste ano, teremos a avaliação intercalar do PRORURAL+. Teremos uma postura ativa para que se recentrem – sempre que necessário – as prioridades de apoio, sendo certo que os incentivos direcionados para os setores em crescimento são uma certeza, particularmente a produção local e o turismo.

Ao mesmo tempo – porque acreditamos que é fundamental prepararmo-nos atempadamente para o futuro –, pretendemos definir o grupo de trabalho que acompanhe a futura PAC, tendo como desiderato salvaguardar e reforçar a ação dos GAL.

O Mundo Rural caracteriza a nossa Região, conferindo-lhe identidade, ambiente, cultura e memória. É a herança que recebemos dos nossos antepassados; riqueza que nos compete desenvolver a bem das gerações futuras. É esta a nossa missão e ambição.



## Curiosidades... ...do mundo rural

### Vestir o Carnaval

**A esta hora, um pouco por toda ilha, dezenas de costureiras põem mãos à obra. Sobre os seus dedos rápidos e experientes, habituados à azáfama da época, recai a responsabilidade de vestir, com criatividade e engenho, as 66 danças, bailinhos e comédias que, a partir da próxima semana, vão encher os 38 salões da Terceira. É um número recorde, sim, e há que costurar as roupas das quase 1400 pessoas que dão forma à maior manifestação carnavalesca do arquipélago e, com certeza também, uma das maiores do país.**

**O Carnaval da ilha Terceira não se faz só de canções e de histórias para contar. As vestes coloridas, as cartolas, os toucados, os vestidos, o cetim e a seda são mais do que pormenores importantes da festa - são motivos de distinção, tema de conversa de quem aguarda com ânsia o mês de fevereiro e o seu Entrudo.**

**Vestir esta gente toda - músicos, atores, cantores, puxadores - é mais do que um trabalho - é, de facto, uma responsabilidade. E é por isso, portanto, que nos seus ateliês cheios de tecidos e linhas até mais não poder, as costureiras se desdobram em cuidados sobre trajes e acessórios carnavalescos. Às vezes, dão forma aos pedidos dos grupos que vão apresentar-se em palco; outras, são elas quem aconselha e quem desenha tudo aquilo que os bailinhos, as danças e as comédias vão envergar durante os quatro dias de festa. São essas, precisamente, as obras que lhes enchem as medidas.**

**As roupagens do Entrudo têm vindo a mudar e são, hoje, mais complexas, mais cuidadas. As suas formas são outras, os tecidos também. Mas há coisas que não mudam, é certo. O brilho, os chapéus, sapatos singulares, os acessórios pintados, os bordados...**

**Tudo conta, tudo é importante. O objetivo: encher o palco, dar forma àquilo que se canta e se conta, ficar na memória até ao próximo mês de fevereiro.**



BioAzórica

# Crescer com sustentabilidade

É à BioAzórica, em grande parte, que se deve o desenvolvimento da agricultura biológica na ilha Terceira. A cooperativa tem hoje 50 produtores e acredita que o potencial de crescimento é maior do que nunca.



Não há produção biológica que não cumpra a premissa da sustentabilidade. É uma questão de respeito: pela terra, pelo corpo, pelo tempo, pelas gerações que ainda não chegaram. No caso da BioAzórica, o conceito não se aplica apenas à agricultura. Sustentabilidade é uma norma que tem vindo a aplicar-se ao crescimento e à evolução da própria cooperativa.

Repare-se nestes números: quando a BioAzórica começou a ganhar forma, em 2006, apenas dois produtores constituíam a cooperativa; hoje, doze anos depois, há cerca de 50. O caminho foi feito aos poucos e, até, de forma arriscada, sublinha Mónica Oliveira. Primeiro instigaram-se os consumidores e, à medida que a procura por produtos de origem biológica foi aumentando na Terceira, também os produtores foram reconvertendo as suas hortas e os seus pomares.

Mónica Oliveira é presidente da BioAzórica e garante que o processo foi sereno. Foi preciso, primeiro, disponibilizar toda a informação aos potenciais clientes, fazê-los ver que há vantagens no consumo de produtos agrícolas, hortícolas e frutícolas completamente limpos de adubos e de pesticidas e, por isso mesmo, amigos da saúde e do ambiente. A pouco e pouco, mais e mais produtores revelaram as mes-

mas preocupações. Hoje, sublinha a responsável pelo organismo, já há massa crítica a pensar estas questões e o potencial da agricultura biológica é maior do que nunca. “Nós queremos, agora, chegar às outras ilhas e já estamos a conseguir fazê-lo. Claro que aqui estamos um pouco mais à frente, porque temos mais produtores, mas queremos aumentar a mancha de produção biológica nos Açores e é preciso que os produtores e os consumidores olhem para esta vertente como um complemento que é mais seguro quer para a biodiversidade, quer para a saúde”, avançou.

É facto que a procura aumenta nas outras ilhas, mas também é verdade que, à medida que isso acontece, o mercado terceirense continua a crescer. As produções da BioAzórica, aliás, devem chegar, em breve, às grandes superfícies comerciais. É um desafio, sustenta Mónica Oliveira, sobretudo porque os produtos biológicos têm de diferenciar-se - até visualmente - dos convencionais. Essa diferenciação vai fazer-se através do embalagem que, conforme fez saber a presidente da cooperativa, vai ser levado a cabo pela Cáritas. “Assim, rentabilizamos os esforços de todos. A Cáritas é uma instituição com cariz social e, por isso, para

nós, este projeto faz todo o sentido”, afirmou.

A projeção que os produtos biológicos têm vindo a ganhar deve-se, em muito, à Biofeira - Feira de Produtos Biológicos da ilha Terceira, bem como ao mercado biológico na Praia da Vitória - o primeiro rosto da BioAzórica - e à Casa do Jardim em Angra do Heroísmo. Os três projetos constituem montras daquilo que os produtores terceirenses têm para oferecer, daí que o interesse em torno das produções livres de adubos e de pesticidas tenha aumentado substancialmente quer com a abertura daqueles espaços, quer com a dinamização do evento que ocorre, agora, todos os anos.

Mas a missão de sensibilizar consumidores e produtores não acaba aqui. Os clientes estão mais atentos, é certo, sabem que muitos dos problemas de saúde de que padecem advêm de uma alimentação menos cuidado e optam, por isso, por outro tipo de consumo. Ainda assim, continuam a existirem aspetos por desmistificar.

“Há ainda quem nos aborde porque pensa que os produtos biológicos crescem mais devagar ou são mais pequenos e não é nada disso: os produtos biológicos demoram exatamente o mesmo tempo a crescer e, porque não têm

aditivos ou pesticidas, têm muito mais vitalidade, durabilidade e são de uma qualidade inquestionável. Por outro lado, há quem pense que são produtos muito caros e esse nunca foi o nosso objetivo - nós queremos chegar a toda a gente e não só a uma elite. Para isso, é claro, é preciso aumentar a produção. É claro que nunca vamos ter preços abaixo dos produtos convencionais, não é isso que se quer, nem pode ser, até porque há outras mais-valias associadas e estamos constantemente a ser fiscalizados. Tudo isso tem um valor”, avançou.

No geral, Mónica Oliveira mostra-se positiva quanto à evolução do consumo e da produção de biológicos. O caminho é longo, mas os Açores podem diferenciar-se nesse setor, acredita. Os sinais, sustenta, são bons: os clientes estão interessados, há mais investimento na área - há quem comece a pensar em expandir essas preocupações ao leite - e o Governo Regional está a desenvolver uma estratégia para a agricultura e produção biológica. O mercado está, enfim, a preparar-se e isso, garante a presidente da BioAzórica, é essencial. “Sempre defendi que temos de estar à altura quando os consumidores vierem procurar aquilo que produzimos”, disse.



## Casa Agrícola Ornelas

### Investir para servir mais e melhor

Na Casa Agrícola Ornelas há uma certeza: só com investimento é possível atender às crescentes solicitações dos clientes. Foi por isso, portanto, que a empresa sediada na vila das Lajes resolveu apresentar, à GRATER, um segundo projeto para a modernização do negócio, desta vez com uma candidatura ao PRORURAL+.

Uma linha de estanteria para aumentar a exposição comercial de máquinas e equipamentos, sementes e outros produtos agrícolas, uma balança, uma máquina de lavar a pressão de água quente, uma máquina de soldar, um conta rotações, uma mala de ferramentas, um compressómetro, máquinas e equipamentos para oficina passíveis de desenvolver o serviço de reparação e manutenção de máquinas agrícolas e uma bomba de calor para o aquecimento de águas sanitárias de apoio à oficina e à loja – a Casa Agrícola Ornelas diz-se, agora, mais bem equipada, sobretudo para apoiar os clientes que procuram os serviços da oficina. Marília Ornelas, filha dos proprietários, diz que havia, na zona do Ramo Grande, uma lacuna por preencher na disponibilização daquele tipo de apoio. Agora já não.

“Fazia falta mais serviços de mecânica. Foi por



isso que adquirimos, por exemplo, o compressor, que nos permite ir ao campo ou onde estiver o cliente e ajudá-lo sem que ele tenha de deslocar-se à oficina. Todos estes investimentos, aliás, permitiram-nos não só melhorar os serviços que oferecemos, como as condições de trabalho de quem está na oficina”, sustentou.

A adaptação do negócio às necessidades do território abriu portas, portanto, a uma oferta de proximidade. Agora, os clientes não têm de deslocar-se a Angra do Heroísmo ou à Praia da Vitória para resolver o seu problema. E isso, avança Marília Ornelas, significa um movimen-

to muito maior na Casa Agrícola Ornelas.

“A nossa empresa está voltada, sobretudo, para a mecânica agrícola, mas temos cada vez mais clientes da área da jardinagem – tanto que até nos começa a faltar mão de obra. É que nós reparamos todas as máquinas, sejam das marcas que vendemos ou não, sejam agrícolas ou outras. Até betoneiras!”, sustentou.

A abrangência de respostas é prova da atenção da Casa Agrícola Ornelas às mudanças na procura. Essa atenção, garante a família por detrás do negócio, reverte em investimento. O investimento é sinónimo de melhor serviço e qualidade no atendimento.

## Clínica Veterinária de São Pedro

### Trabalho de confiança

Duas décadas depois de ter aberto portas, a Clínica Veterinária de São Pedro mais do que consolidou o seu lugar no mercado. O espaço é, hoje, uma referência na prestação de cuidados aos animais domésticos da Terceira. O nome, aliás, começa também a extrapolar as fronteiras da ilha. O segredo? A confiança dos clientes na equipa e nos serviços disponibilizados.

Luciano Costa, co-proprietário, diz que a relação que se vai construindo com quem procura a Clínica Veterinária de São Pedro decorre da preocupação permanente em apostar na qualidade, quer do trabalho, quer do atendimento, quer das instalações. Neste momento, o espaço tem em andamento um projeto de modernização, apoiado ao abrigo do PRORURAL+. Em causa está não só a melhoria das infraestruturas, mas também a melhoria dos serviços, através da adequação dos equipamentos.

“O que nós pretendemos é, sempre, apostar na qualidade, fazer bons diagnósticos e acompanhamentos e trabalhar na prevenção. Nós estamos disponíveis e queremos que as pessoas sintam confiança em nós, sintam que são acarinhadas e que os seus animais, aqui, são bem acompanhados, porque são eles o foco da nossa atenção”, avançou o veterinário.



São muitos os serviços que a clínica de São Pedro disponibiliza: medicina preventiva; vacinação; medicina interna; doenças infectocontagiosas; internamento; dermatologia; cardiologia; oncologia; reprodução; obstetrícia; inseminação; estomatologia; comportamento animal; anestesia e analgesia; cirurgia de tecidos moles e ortopedia; radiologia; ecografia e análises laboratoriais

Para poder apresentar este leque vasto de especialidades, os profissionais da Clínica Veterinária de São Pedro estão constantemente em formação. “Faz parte do nosso princípio fazer,

pelo menos, uma formação por ano. 2018 ainda agora começou e eu já fiz uma. A medicina veterinária evoluiu muito rapidamente e, por isso, temos de estar constantemente atualizados”, afirmou Luciano Costa.

Não poderia ser de outra forma, sobretudo numa altura em que os animais domésticos deixaram de ser uma companhia e passaram a ser elementos das famílias. Os veterinários estão atentos a essa evolução, às preocupações dos donos que procuram os seus serviços e, seja qual for o caso, a Clínica Veterinária de São Pedro garante a resposta pronta e cuidada.

Maria João Botelho, presidente da ELARD

# Desenvolver o mundo rural é investir nas pessoas

Maria João Botelho, atual presidente da Federação Minha Terra, está desde o início do ano à frente da ELARD (Associação Europeia LEADER para o Desenvolvimento Rural). A representante dos Grupos de Ação Local na Europa defende que cada território merece uma resposta de desenvolvimento diferenciada. Há, ainda assim, uma premissa comum: seja qual for a região, são as pessoas quem mais precisa de investimento.

**Está, desde o início do ano, à frente da ELARD. Em termos gerais, quais são, neste momento, os grandes desafios da associação?**

A ELARD, Associação Europeia LEADER para o Desenvolvimento Rural, foi criada em 1999 com o objetivo de melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais, mantendo a sua população através do desenvolvimento local integrado e sustentável. Passados quase vinte anos da criação da ELARD, o desafio mantém-se atual. O que torna a ELARD diferente, no contexto associativo e das organizações que na Europa se preocupam com o desenvolvimento rural, é o facto de não ter um carácter setorial. Ao juntar e representar mais de 2000 Grupos de Ação Local, a ELARD representa uma grande diversidade de atores que estão envolvidos, através de parcerias locais, no desenvolvimento ao nível local. O denominador comum destas parcerias é o LEADER, que começou por ser um programa de Iniciativa Comunitária em 1991 e que agora é uma metodologia reconhecida, não apenas no quadro da Política Agrícola Comum (PAC), mas no âmbito das políticas para o desenvolvimento local.

**Esta perspetiva europeia sobre o desenvolvimento rural é fácil de assimilar? Por outro lado, pensa que uma voz portuguesa na associação pode trazer um novo ponto de vista sobre o mundo rural?**

No âmbito das políticas europeias, quando falamos em desenvolvimento rural estamos, muitas vezes, a referir-nos aos programas que em cada Estado-Membro dão corpo ao segundo pilar da PAC. A Federação Minha Terra, a que presido atualmente, é membro ativo da ELARD há já muitos anos e tentamos, à semelhança de outras organizações de outros Estados-Membros, fazer convergir num ponto de equilíbrio as abordagens ascendentes (bottom-up) que os Grupos de Ação Locais põem em prática na implementação das respetivas Estratégias de Desenvolvimento Local, com as abor-



dagens mais clássicas (top-down), de definição das políticas públicas. A ELARD tem tido um percurso de profissionalização e reconhecimento ao nível europeu que tem beneficiado da diversidade e experiências das pessoas e organizações que a integram. Penso que a experiência portuguesa com o LEADER vai enriquecer a reflexão europeia, nesta fase crucial de definição do próximo ciclo de políticas.

**Que balanço faz das políticas de desenvolvimento rural em Portugal?**

Mesmo considerando que em Portugal não há uma verdadeira política de desenvolvimento rural, para além da implementação dos programas de desenvolvimento rural, os resultados são genericamente positivos... Mas estamos convencidos que há potencial para olhar para as zonas rurais – se é que ainda faz sentido separar os territórios em rurais e urbanos – valorizando os serviços prestados pelos diferentes ecossistemas e pela paisagem no seu todo, e não apenas a de produção agrícola e florestal.

Esta abordagem integrada é fundamental para criar condições para que as pessoas que vivem e trabalham nestes territórios possam ter uma qualidade de vida pelo menos equiparada às das cidades.

Há territórios que, naturalmente, precisam de uma atenção redobrada. É o caso do interior, dada a desertificação e os problemas que decorrem

dos fogos. No que diz respeito aos Açores, como vê o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido em termos do desenvolvimento rural?

A tragédia deste verão, com os incêndios e a seca, trouxe os problemas do interior para a agenda política e mediática. Muitas organizações e pessoas credenciadas voltaram a referir a importância da ocupação do território, pela qual andamos a trabalhar há muitos anos.

Nos Açores, as preocupações são naturalmente diferentes. Embora existam alguns desafios transversais à Região, como a insularidade, mais recentemente o turismo e, a importância/dependência de um setor – o leiteiro – ganham maior expressão as especificidades territoriais e a necessidade de políticas ajustadas a cada território.

**Neste processo, qual é a importância dos Grupos de Ação Local?**

Os Grupos de Ação Local foram pioneiros em muitos aspetos que hoje nos parecem dados adquiridos: o envolvimento das organizações dos territórios na definição das estratégias territoriais e na priorização dos projetos a apoiar; a descentralização da gestão de parte das medidas de apoio ao desenvolvimento rural com o aumento da proximidade geográfica e relacional aos territórios e aos promotores. Mas para além destes aspetos ligados à gestão, a dimensão que gostaria de ressaltar é a da animação territorial, cujos resultados e impactos a médio prazo ultrapassam a soma dos resultados

dos projetos individuais.

Este trabalho de rede, de ligação das iniciativas e das organizações, difícil de medir é o que – na minha opinião – mais diferencia os Grupos de Ação Local de outras entidades.

**Que áreas, na sua opinião, precisam de mais investimento no mundo rural?**

É uma resposta difícil. No respeito pelos princípios do LEADER e do desenvolvimento local, eu diria que cada território e os respetivos agentes sabem quais os domínios onde necessitam de mais investimento. Mas, sem querer fugir à questão, considero que são as pessoas que precisam de mais investimento e isto requer a mobilização das diferentes políticas públicas: do ensino e formação; dos serviços de saúde; dos transportes; no apoio aos investimentos empresariais – uma vez diretos, outras vezes criando condições de contexto favoráveis à fixação das empresas e das famílias. A Agenda Digital, que é uma aposta da Comissão Europeia, pode abrir novas possibilidades ao mundo rural.

**Que marca pretende deixar na ELARD?**

Vamos exercer a presidência da ELARD em 2018 e em 2019. Nestes dois anos, em cada Estado-Membro da União Europeia, os atuais Programas de Desenvolvimento Rural vão ser alvo da avaliação intercalar e, ao nível da União, serão desenhados os principais instrumentos para o próximo ciclo de fundos comunitários, onde vamos querer ver o LEADER e o Desenvolvimento Local de Base Comunitária reforçados e implementados segundo um modelo que seja mais adequado, mais simples e mais consentâneo com os próprios princípios do LEADER.

Gostaria ainda de conseguir trazer mais-valias para os territórios rurais de toda Europa e que este papel ao nível europeu nos possa ajudar, também, a melhorar o nosso trabalho em prol dos territórios rurais nacionais.

## Vasco Cordeiro subscreve declaração europeia para a política de coesão

O presidente do Governo Regional assinou na passada terça-feira, em Bruxelas, a Declaração '#CohesionAlliance', que formaliza a adesão dos Açores a uma coligação de regiões e entidades europeias que reivindicam a existência de uma Política de Coesão forte e eficaz no orçamento comunitário no período após 2020.

"Este é um desafio no qual todos aqueles que têm uma noção exata do que significa a Política de Coesão devem estar envolvidos. O facto é que há um número crescente de regiões e entidades de cooperação interregional que têm aderido a esta aliança de defesa da Política de Coesão e, desse ponto de vista, é um dado extremamente positivo", afirmou o presidente do Executivo.

Em declarações aos jornalistas, Vasco Cordeiro salientou que o que está em causa é uma política que se "traduz num investimento de longo prazo para todas as regiões da Europa e que tem a ver com uma ideia que está no âmago do próprio projeto europeu – a coesão económica, social e territorial".

"No momento em que se perfilam novas opções e mais necessidades de intervenção da própria União Europeia, não se pode pôr em



causa aquela política, que tem a ver com a própria matriz do projeto europeu", alertou.

No encontro da passada terça-feira, o presidente do Governo Regional dos Açores teve oportunidade de trocar impressões com Karl-Heinz Lambertz, presidente do Comité das Regiões, sobre o próximo quadro financeiro plurianual e sobre o futuro da Política de Coesão, enquanto principal instrumento de investimento nas regiões com vista à promoção da coesão econó-

mica, social e territorial.

Esta aliança resulta da cooperação entre regiões, diversas entidades europeias e o Comité das Regiões, no sentido de defender a Política de Coesão como um pilar do futuro da União Europeia, numa altura em que se colocam cenários de uma redução de recursos financeiros a partir de 2020.

Nesse sentido, a declaração destaca que a Política de Coesão constitui um "claro valor acrescentado, gerando emprego, crescimento sustentável e infraestruturas modernas, removendo obstáculos estruturais, promovendo o capital humano e melhorando a qualidade de vida".

De acordo com o documento, a Política de Coesão deve, assim, continuar a ser dotada dos recursos suficientes – equivalentes, pelo menos, a um terço do futuro Orçamento da União Europeia -, baseando-se nos atuais fundos europeus estruturais e de investimento.

Além disso, a declaração reclama que deve ser simplificada e melhorada a gestão da Política de Coesão, com base numa maior confiança entre os diferentes níveis de governo que aplicam os fundos e numa abordagem mais flexível e diferenciadora.

## Europa quer opiniões sobre a Política de Coesão

A Europa quer saber a opinião dos cidadãos sobre as políticas de coesão de âmbito europeu. Para isso, a Comissão Europeia lançou, a meados de janeiro, uma consulta pública sobre os fundos que concorrem para aquele objetivo.

No período de 2014-2020, recorde-se, foram adotadas algumas medidas para aumentar a eficácia e reformular a política de coesão. Em causa está uma ligação mais estreita entre estes fundos e a agenda da política económica da União Europeia, introdução de condicionalidades ex ante para assegurar que estão reunidas as condições necessárias para uma utilização eficaz e eficiente dos fundos, uma maior orientação para os resultados e uma utilização acrescida de instrumentos financeiros.

A Política de Coesão europeia dispõe, atualmente, de três fundos: o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo de Coesão e o Fundo Social Europeu (FSE).

Entretanto, esta consulta abrange, também, outros fundos da União Europeia com objetivos semelhantes no domínio da coesão social e do desenvolvimento: Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG); Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas (FEAD); programa para o Emprego e a Inovação Social (EaSI), bem como iniciativas como a rede pan-europeia de procura de emprego EURES. O Programa de Apoio às Reformas Estruturais (PARE) contribui também para alcançar os objetivos da



Política de Coesão.

Investimento, investigação e inovação, pequenas e médias empresas e mercado único, migração, segurança, infraestruturas estratégicas e valores e mobilidade são outras das áreas sobre escrutínio. De acordo com a Comissão Europeia, as opiniões expressas nestas consultas vão ser tidas em consideração na elaboração do futuro quadro financeiro plurianual e, por conseguinte, da próxima geração de programas financeiros.

## Comissão Europeia lança consulta pública sobre desenvolvimento rural

A Comissão Europeia lançou uma consulta pública sobre as questões do desenvolvimento rural. A auscultação, que decorre até 20 de abril, tem como objetivo recolher as opiniões dos cidadãos europeus sobre as matérias que envolvem o desenvolvimento rural, nomeadamente no que diz respeito aos programas implementados entre 2007 e 2013.

Segundo a Comissão Europeia, os resultados da consulta pública vão nortear a elaboração da Política Agrícola Comum pós-2020.

O questionário em português está disponível no endereço <https://ec.europa.eu/eusurvey/runner/9112b2a7-7499-4321-b709-a610021d818a?draftid=884ef2bf-1a16-46df-8a42-34a71153f611&surveylanguage=PT>.

Mais informações em: [https://ec.europa.eu/info/consultations/performance-rural-development-programmes-2007-2013-period\\_pt](https://ec.europa.eu/info/consultations/performance-rural-development-programmes-2007-2013-period_pt).



## Parecer europeu explora vantagens do Desenvolvimento Local de Base Comunitária



O Comité Económico e Social Europeu (CESE) adotou, no passado mês de dezembro, um parecer exploratório sobre as vantagens da abordagem de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) para o desenvolvimento local e rural integrado. O DLBC, entende o CESE, é um instrumento eficaz no desenvolvimento local.

Naquele documento o CESE deixa, ainda, recomendações, nomeadamente a definição de uma visão clara da aplicação obrigatória do DLBC na União Europeia, através de diferentes fundos, em todos os territórios (rurais – incluindo as regiões remotas, de montanha e insulares -, urbanos e costeiros).

O Comité Económico e Social Europeu recomenda, ainda, que se inste a Comissão Europeia a explorar e analisar, em profundidade, a possibilidade de criar um fundo de reserva para o DLBC ao nível da União Europeia, por forma a garantir que todos os Estados-Membros

dispõem de um fundo consagrado ao desenvolvimento Desenvolvimento local de base Base comunitária Comunitária para o qual contribuam os quatro Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEADER, FEDER, FSE e FEAMP); que se defina um quadro harmonizado para todos os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento e que se estipulem regras simples para implementar o Fundo DLBC.

Reconhecer que o DLBC proporciona aos Estados-Membros uma oportunidade única para desenvolverem as suas regiões de forma mais inclusiva, sustentável e integrada, em parceria com as partes interessadas a nível local – e, para isso, obrigá-los a afetar pelo menos 15% do orçamento de cada fundo dos FEEL ao Fundo DLBC – é outra das recomendações expostas no documento.

O parecer exploratório pretende, ainda, que se evitem interrupções

entre os períodos de programação e que se garantae que o período 2021/2027 se inicie em melhores condições; que se simplifique, significativamente, o enquadramento jurídico do desenvolvimento local de base comunitária, os procedimentos de aplicação e o modelo para o período de programação 2021/2027; que se promova um diálogo mais estreito entre todos os intervenientes no DLBC ao nível nacional, europeu, regional e local nos preparativos para o próximo período de programação; que se promova proporcione o desenvolvimento contínuo das capacidades de todos os intervenientes (autoridades, GAL, LEADER e redes rurais, organismos de pagamento, etc.); que se tire partido do potencial das soluções informáticas para simplificar e automatizar a recolha de dados.

Utilizar uma abordagem participativa para manter as estratégias de desenvolvimento local em consonância com a evolução das condições de vida e de trabalho (coesão social, migração, agrupamentos regionais, economia verde, alterações climáticas, soluções inteligentes, tecnologia, entre outras), adaptando-as em conformidade, e tirar partido da revolução das novas tecnologias e da informática; efetuar uma avaliação contínua da aplicação das estratégias de desenvolvimento local e abandonar a ênfase nos mecanismos de controlo da elegibilidade em prol da consecução de resultados e da avaliação do desempenho e dos impactos a longo prazo; e recolher dados sobre os projetos-piloto bem sucedidos são outras das recomendações do CESE.

## Grupos de Ação Local dos Açores reúnem-se na Terceira

Os Grupos de Ação Local dos Açores reuniram-se, no passado dia 15 de janeiro, na Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo, na ilha Terceira. Dos pontos em discussão no encontro estiveram questões como a Política Agrícola Comum pós-2020. Na reunião, aliás, foi definido um grupo de trabalho encarregue de começar a definir prioridades, no âmbito desta política, para o desenvolvimento rural.

Os Grupos de Ação Local dos Açores debateram, ainda, temas como a metodologia e calendarização para a transição para custos simplificados; os procedimentos para a reanálise dos pedidos de apoio e de pagamento do funcionamento dos próprios grupos; a cooperação; a metodologia de colocação de candidaturas à cooperação; e análise à execução da submedida 19 do PRORURAL + (identificação dos principais constrangimentos e adoção de medidas mitigadoras).

Em discussão esteve, ainda, o Painel Funcional dos Grupos de Ação Local, nomeadamente a questão da articulação com o GestPDR e a reverificação de procedimentos; a análise aos relatórios de qualidade da submedida 19 do PRORURAL + (identificação dos principais incumprimentos e recomendações) e, análise de uma possível candidatura dos Gabinetes de Ação Local à medida da assistência técnica, nomeadamente à medida das ações de informação.

## PRORURAL + debatido em Assembleia Geral

No passado dia 11 de janeiro, no auditório da Casa das Tias, na Praia da Vitória, os beneficiários dos projetos candidatos ao PRORURAL+ juntaram-se, a convite da GRATER, para debater questões relacionadas com as candidaturas ao Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores.

A GRATER - Associação de Desenvolvimento Regional quis conhecer a opinião dos beneficiários e dos projetistas não só sobre ques-

tões como os constrangimentos e os benefícios da nova metodologia de candidaturas, como também sobre as dificuldades na sua execução.

Trata-se de informações relevantes, por um lado porque decorre, este ano, o período de avaliação intercalar do PRORURAL+ e, por outro, porque a execução do programa, no que diz respeito às medidas das Estratégias de Desenvolvimento Local, encontra-se relativamente baixa.

## Beneficiários discutem candidaturas ao PRORURAL+

A Assembleia Geral do PRORURAL+ reuniu, no passado dia 16 de janeiro, na Direção Regional do Desenvolvimento Rural, para fazer um ponto de situação sobre as taxas de compromisso e de execução dos Grupos de Ação Local dos Açores.

Neste sentido, o órgão em causa procedeu, ainda, à análise da relação com a meta 2018 e reserva de desempenho, tendo, de resto, abordado a questão das

consequências em caso de não cumprimento.

No encontro da Assembleia Geral do PRORURAL+ foi, ainda, apresentada a proposta de transferência de verbas entre Grupos de Ação Local e entre medidas, em caso de as metas não serem alcançadas, tendo sido igualmente definidos os critérios de prorrogação do prazo da execução das operações e discussão de propostas alternativas.

## Comité das Regiões quer diminuir fosso digital nos territórios rurais

O Comité das Regiões Europeu (CoR) apelou, no passado mês de dezembro, à integração da “Ação da União Europeia em prol das aldeias inteligentes”, iniciativa da Comissão Europeia, na agenda rural europeia. De acordo com o CoR, o fosso digital nas zonas rurais tem de ser urgentemente combatido.

O CoR entende, assim, que os atores rurais estão numa corrida contra o tempo para assegurar que o próximo orçamento da União Europeia responde, de facto, aos desafios das aldeias e das regiões remotas. Neste sentido, o organismo entende que a iniciativa da União Europeia para as aldeias inteligentes é “pouco ambiciosa”, numa altura em que, defende, deveria ser elaborada uma política das aldeias inteligentes objetiva e virada para o futuro, com vista ao período pós-2020 e atendendo à necessidade de consolidar instrumentos “inteligentes” de base local.

O CoR apoia, portanto, a Declaração de Cork 2.0 e as dez orientações políticas identificadas, que reconhecem que “deve ser dada especial atenção à superação do fosso digital e ao desenvolvimento do potencial da conectividade e da digitalização nas zonas rurais”.

Dentro das prioridades da formação digital, o CoR reivindica o direito à literacia digital, de modo a garantir que todos os cidadãos tenham acesso a formação naquela área – que deve ser financiada pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI).

Entretanto, o CoR lamenta que, até à data, as zonas rurais não tenham sido incluídas como uma prioridade no âmbito da Parceria Europeia de Inovação para Cidades e Comunidades Inteligentes, que visa promover e reforçar as experiências das zonas inteligentes na UE”, lançada



pela Direção-Geral da Energia da CE.

A importância das abordagens comunitárias ascendentes é também relevada. Assim, no ponto 32 do parecer, o CoR “reconhece os êxitos conseguidos através de abordagens ascendentes no desenvolvimento local, tais como a LEADER e, mais recentemente, o desenvolvimento local de base comunitária”. Neste quadro, os órgãos de poder local e regional ocupam uma posição privilegiada para desempenhar a função de “mediadores da inovação”, sob a forma de conselhos de desenvolvimento, gabinetes de empresas, concursos públicos, etc. O mediador da inovação identifica “os pontos fortes e as oportunidades da aldeia/zona rural e aproxima as instituições relevantes (terceiro nível, órgãos de poder local, fontes de financiamento, etc.) para coordenar as atividades atuais e futuras e as potenciais fontes de financiamento, devendo envolver e informar a comunidade e obter a sua adesão para desenvolver a visão, apropriar-se da iniciativa e partilhar os seus benefícios”.

O CoR, tal como outras entidades, “apela à simplificação da candidatura de acesso a fontes de financiamento”, uma vez que, entende, “no atual programa de desenvolvimento rural, o número de manifestações de interesse que não evolui para candidaturas completas é significativo devido à dificuldade em satisfazer os requisitos de candidatura; salienta que não deve haver um intervalo entre o término destes programas de desenvolvimento rural e o início do programa de desenvolvimento rural pós-2020, a fim de preservar a dinâmica e a confiança”.

A última e 42ª recomendação do Comité das Regiões Europeu “salienta o papel de facilitador que os órgãos de poder local e regional podem ter através da integração de uma abordagem inteligente nas estratégias de planeamento e de ordenamento do território regionais, que incluem a avaliação dos recursos e capacidades regionais, a identificação de locais para a instalação de serviços e medidas destinadas a estimular a economia.”

## Jovens açorianos no Gabinete da Representação dos Açores em Bruxelas

O Gabinete da Representação dos Açores em Bruxelas abriu um período de estágios para açorianos. As candidaturas, que decorreram em janeiro, eram destinadas a jovens até aos 30 anos com grau de licenciatura, mestrado ou

doutoramento, que tivessem concluído o 12º ano numa escola da Região.

O Gabinete de Representação dos Açores em Bruxelas tem como missão central reforçar a capacidade de intervenção da Região na de-

fesa dos seus interesses através de uma maior proximidade com as principais instituições e organismos da União Europeia e de outras entidades, em particular os organismos interregionais, instituições públicas e privadas.



» Decorre, no próximo dia 7 de fevereiro, na Horta, a Assembleia Geral do Geoparque Açores.

» O Conselho Regional de Agricultura reúne, no próximo dia 8 de fevereiro, na Horta.

» **(Alteração de datas)** De 20 de fevereiro a três de março acontece, na Academia de Juventude e das Artes da Ilha Terceira, um workshop sobre tecelagem e, em simultâneo, um sobre acessórios de moda.

Esta é mais uma ação desenvolvida pela GRATER no âmbito do Craft & Art. Se é artesã(ão) ou interessada(o) pelo artesanato, não perca esta oportunidade, ainda há lugares disponíveis. Proceda já à sua inscrição.

